



COMENTÁRIOS DA UGT

SOBRE A VISÃO ESTRATÉGICA PARA O PLANO DE RECUPERAÇÃO ECONÓMICA

DE PORTUGAL 2020-2030 - DISCUSSÃO PÚBLICA

A VISÃO ESTRATÉGICA COMO INSTRUMENTO PARA A DEFINIÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA ECONÓMICA E SOCIAL

A UGT regista a apresentação do documento “Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica 2020-2030”, elaborado pelo Prof. António Costa e Silva na sequência de um pedido do Governo para desenvolver uma reflexão sobre os desafios que se colocam à economia e sociedade portuguesas e contribuir assim para a definição de uma estratégia de desenvolvimento de Portugal para a próxima década.

Devemos saudar a decisão do Governo de submeter este documento a discussão pública, promovendo um debate mais alargado, o qual deverá contribuir para a construção de uma estratégia de relançamento e desenvolvimento económico e social mais abrangente, equilibrada e coesa, que deverá ser posteriormente submetida pelo Governo à União Europeia.

Esta “visão” não pode deixar assim de ser entendida como um primeiro contributo, cuja importância resulta do facto de ser um elemento de suporte para aquela estratégia e definição dos instrumentos de política pública futura, com o horizonte de uma década.

Devemos ainda referir que o facto deste documento estar a ser objecto desta discussão pública não substitui a necessária consulta e envolvimento dos parceiros sociais, nomeadamente no quadro da concertação social, sobre o documento e a estratégia finais que cabe ao Governo delinear.

Nesse âmbito, importará nomeadamente que, com celeridade, sejam retomados e aprofundados os trabalhos iniciados na CPCS no final de 2017 sobre o futuro da política de coesão e a estratégia nacional pós-2020, sobretudo num quadro em que à já extensa lista de desafios e incertezas vivenciada naquele momento (Brexit, crise dos refugiados, insegurança mundial) se juntam agora os impactos e constrangimentos económicos e sociais da crise de

saúde pública provocada pela COVID 19, cuja gravidade é ainda desconhecida, mas que exigem respostas imediatas.

Com efeito, a saúde pública e a consequente crise económica e social vieram agudizar ainda mais os constrangimentos e fragilidades estruturais que há muito – e nem sempre com sucesso - procuramos vencer, tornando urgentes as respostas para a estabilização, mas também para a recuperação e relançamento económico e para o progresso social.

O compromisso alcançado pelo Conselho Europeu em Julho passado sobre o programa de recuperação europeu e o quadro financeiro comunitário para os próximos anos, os quais se traduzem num elevado nível de recursos colocados à disposição dos Estados-membros e de Portugal, impõem-nos a todos que procuremos criar as condições que nos permitam aproveitar de forma eficiente esses recursos, colmatando as nossas fragilidades e vulnerabilidades estruturais e promovendo o desenvolvimento sustentado e sustentável de Portugal, nas suas dimensões económica, social e ambiental.

Assim, a estratégia a definir pelo Governo não poderá deixar de assumir objectivos e prioridades muito claros e que deverão estar presentes em todos os momentos do processo, desde a definição, negociação do acordo de parceria com a União Europeia e a sua concretização e implementação nos programas nacionais e regionais.

Importará assim não deixar para trás os desafios ainda não ultrapassados (como o défice das qualificações), não ceder à tentação de usar recursos nas áreas em que é mais fácil justificar despesa do que na resposta às reais necessidades e, não deixando de responder às exigências de carácter mais imediato e de continuidade com as medidas de emergência, não deixar de definir um real trajecto de médio e longo prazo para Portugal.

E um trajecto que, reiteramos, deve ser fundado num amplo consenso entre os actores políticos, económicos e sociais.

Em todo este processo, o diálogo social nos seus diferentes níveis deve ser considerado um elemento estruturante e transversal (que o documento apresentado – porventura pela sua natureza – não aborda) para a definição de prioridades, para a construção da estratégia nacional, para o desenho e implementação de políticas e medidas públicas. E este é um elemento que não poderá ser ignorado pelo Governo nas fases subsequentes de preparação da estratégia nacional.

VISÃO ESTRATÉGICA PARA O PLANO DE RECUPERAÇÃO ECONÓMICA 2020-2030 – UMA APRECIÇÃO

O documento em apreciação é ambicioso e bastante detalhado nalgumas áreas abordadas, integrando várias dimensões – diagnóstico, análise prospectiva, linhas de intervenção futura, por vezes delineando uma intervenção estratégica, outras configurando quase um plano de acção-, constituindo, no entender da UGT, um ponto de partida e um contributo relevantes e de qualidade para promover um debate em torno do futuro o País e das opções de política possíveis.

A UGT partilha da centralidade atribuída a muitas das áreas identificadas pelo responsável do documento, subscrevendo-se mesmo o caminho apontado em relação a algumas questões como o reforço do investimento, o papel reforçado do Estado e a imprescindibilidade de melhoria de serviços públicos e das políticas públicas em geral, a coesão territorial e social e o desenvolvimento do Interior ou ainda o enfoque à reindustrialização e reconversão industrial num quadro de crescentes desafios relacionados com o ambiente e as questões tecnológicas.

Porém, o documento em apreciação apresenta, do nosso ponto de vista, algumas fragilidades e omissões, desequilíbrios (nem todas as áreas são merecedoras de igual atenção e desenvolvimento) e insuficiências que prejudicam uma apreciação mais sustentada e fundamentada, sobretudo atendendo ao objectivo final – o desenho de uma estratégia de desenvolvimento para o País exequível face ao conjunto de recursos existentes.

Desde logo, a ausência de uma priorização clara das linhas de intervenção apresentadas e de uma quantificação/orçamentação das mesmas constitui um factor inibidor de uma apreciação mais sustentada e fundamentada,

Sem deixar de entender a opção do coordenador, deixando tal função para o poder executivo, o documento não deixa de sair prejudicado enquanto instrumento para o desenho de uma estratégia de desenvolvimento para o País terá sempre de ser exequível face ao conjunto de recursos existentes.

Temos bem presente que muitas das opções apresentadas não dependem apenas dos recursos financeiros existentes nem do quadro nacional, estando fortemente condicionadas pelo quadro internacional e pelas opções de política e de regulação que vierem a ser assumidas em resposta a desafios bem patentes nos dias de hoje como a hiper-globalização, o sistema financeiro especulativo ou o combate à fraude e corrupção.

Para a UGT, uma das maiores fragilidades do documento prende-se com o insuficiente tratamento das questões de natureza social, estando perante um documento mais focado nos desafios económico-financeiros do que nos desafios sociais e numa estratégia que passe realmente por afrontar os problemas das pessoas e responder às suas expectativas.

As questões sociais encontram-se ausentes do diagnóstico e dos constrangimentos estruturais, o que se traduz simplesmente na não abordagem de alguns pontos importantes ou à identificação de desafios estruturais de forma mais pontual/isolada no documento, como é o caso da formação profissional e das qualificações.

Ao longo do documento são escassas as referências a matérias sociais, sendo pouco claras as opções e prioridades de política neste domínio e, mesmo nas situações em que é abordada uma ou outra questão mais concreta, a perspectiva subjacente a tal análise parece-nos excessivamente redutora e marcada por uma visão sobretudo assistencialista nas respostas aos desafios.

A dimensão social não pode ser vista numa óptica meramente assistencialista, de resposta a situações de especial vulnerabilidade das pessoas, mas antes constituir-se como condição essencial para potenciar e garantir uma economia mais forte, sustentável e equitativa e uma parte imprescindível de uma estratégia de desenvolvimento do País.

Regista-se aliás que o coordenador do documento parece ter assumido tal fragilidade ao apresentar uma visão apenas para a recuperação económica, tendo aparentemente “deixado cair” – pelo menos do título - a dimensão social, quando os trabalhos iniciais e a própria versão provisória apresentada ao Governo e veiculada pela Comunicação Social se intitulava “Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica e Social de Portugal 2020-2030”.

Cabe agora ao Governo colmatar essas insuficiências e avançar com a identificação de prioridades e políticas públicas na esfera social, sendo essencial colocar as Pessoas (e não as empresas, como é assumido no documento) no centro da nossa estratégia de desenvolvimento.

Com efeito, e registando positivamente a crítica um modelo neo-liberal, a estratégia de futuro não poderá nunca estar assente na ideia de que é suficiente gerar riqueza sem assegurar os instrumentos que garantam a sua justa repartição.

Neste momento especialmente complexo para nosso País e para a União Europeia, a dimensão social tem que ser uma componente central, forte, integrada e transversal nesta estratégia, indo

efectivamente ao encontro da concretização e aprofundamento dos pilares do Modelo Social Europeu e da coesão social bem como dos objectivos traçados e assumidos pela OIT no que concerne ao trabalho digno e à justiça social.

Sem procurarmos ser exaustivos na análise do documento, devemos, ainda assim, tecer alguns comentários e apresentar algumas propostas no que concerne a áreas que reputamos fundamentais para uma qualquer estratégia nacional.

Valorização dos rendimentos do trabalho

A UGT regista positivamente que o documento rejeite o modelo de baixos salários que tem constituído a base da lógica empresarial no nosso País.

Todavia, seria de esperar que uma afirmação dessa natureza fosse consequente e se traduzisse em acções concretas que, no entanto, não vislumbramos.

O momento de crise que atravessamos não servir de pretexto para, mais uma vez, adiar a discussão sobre a valorização e melhoria dos rendimentos do trabalho, quer no curto prazo – retomando nomeadamente a discussão já iniciada em sede de concertação social – quer no médio e longo prazo.

E, se não deve ser esquecido que o modelo de baixos salários não pode continuar a ser a base da competitividade, tal é particularmente verdadeiro numa crise com as características da que atravessamos, em que o mercado interno e o consumo das famílias serão determinantes para alavancar o crescimento presente e futuro.

Naturalmente, este é um problema que requer uma actuação transversal e que obedeça a uma lógica de continuidade.

A título de exemplo, áreas como a fiscalidade assumem particular importância, sendo esta uma dimensão pouco desenvolvida.

Para uma estratégia de futuro e sustentável, será fundamental corrigir os desequilíbrios existentes e que se têm agravado, assegurando uma necessária justiça fiscal para – no médio prazo e com essa base - se poder defender um sistema fiscal mais estável.

Aposta no emprego de qualidade e no reforço das qualificações

Os desafios ambientais e da globalização, as mudanças tecnológicas, bem como os impactos da recente crise de saúde pública, tornaram ainda mais visíveis e urgentes as necessidades de assegurar um mercado de trabalho com mais emprego de qualidade e de apostar fortemente na qualificação das pessoas, sobretudo atendendo às fragilidades há muito identificadas em Portugal quanto aos baixos níveis de qualificação da população activa e, especialmente, da população adulta.

A excessiva precariedade e o reduzido nível de formação contínua – em parte, ligado também à elevada precariedade - afectam os trabalhadores, que não apenas vêem hipotecados os seus planos pessoais e profissionais, mas condicionam e travam o próprio crescimento do País, colocando em causas os objectivos de melhoria da competitividade e produtividade, condicionando a qualidade de vida dos cidadãos e até colocando uma pressão insustentável sobre os sistemas de protecção social.

Nesse sentido, o documento em apreço, não deixando de apresentar um ponto específico sobre a formação profissional enquanto desafio, não apenas falha ao não lhe conferir o carácter transversal e estrutural que deverá ter, como avança com ideias que se nos afiguram simplistas, redutoras e mesmo indesejáveis.

A título de exemplo, não basta afirmar que não se pode deixar ninguém para trás para depois assumir soluções como colocar/transferir, mesmo que transitoriamente, as pessoas menos qualificadas para posições de atendimento ou assumir a manutenção de postos de trabalho desqualificados como via de inclusão.

Construir um sistema de protecção social mais inclusivo

Saudamos a preocupação quanto à sustentabilidade da segurança social e partilhamos da necessidade e diversificação das suas fontes de financiamento, sendo que a proposta inscrita no documento de contribuições para a segurança social em função do VAB das empresas é, no entender da UGT, uma das várias vias para tal diversificação. Para a UGT, é essencial manter a relação sinalagmática contribuições/protecção que sempre constitui uma base do nosso sistema e que garante a sua maior equidade.

A discussão em torno da Segurança Social não pode centrar-se apenas na sua sustentabilidade, devendo igualmente integrar o objetivo de reforço da protecção social para todos,

independentemente dos vínculos contratuais, necessidade que a actual crise bem evidenciou, ao exigir a adopção de medidas excepcionais para garantir protecção mínima a certos segmentos de trabalhadores excluídos do sistema.

Por outro lado, e tendo documento referência aos desafios da protecção social, devemos assinalar que os mesmos não se esgotam no envelhecimento activo e no combate à pobreza – e nunca numa lógica redutora de reacção apenas a problemas de sustentabilidade financeira ou meramente assistencialista -, devendo ser analisada com uma visão mais sistémica e abrangente, integrando aspectos como a natalidade, as migrações ou a adaptação às novas dimensões dos modelos económicos e laborais.

Tal não exclui a necessidade de construção de uma estratégia integrada de combate à pobreza, à desigualdade e exclusão sociais, que não se esgota inclusivamente na área da protecção social e que não pode deixar de ser um pilar da estratégia de desenvolvimento do País, atentas não apenas as fragilidades estruturais já existentes (mesmo para os que trabalham) mas o seu potencial agravamento em situações de crise e num quadro de cada vez mais rápidas transformações tecnológicas e económicas, laborais e sociais.

**Reforçar a capacidade produtiva e criar mais valor acrescentado.
Reconversão/reindustrialização/diversificação.**

O documento coloca um forte enfoque na reconversão industrial e reindustrialização do País que, em traços gerais merece a concordância da UGT, pela sua relevância para o nosso País pela oportunidade, nomeadamente decorrente de um quadro comunitário mais favorável a esta questão do que em momentos anteriores (a crise COVID veio expôr os problemas das cadeias de abastecimento mundiais e da dependência da União Europeia face ao exterior em muitos segmentos considerados essenciais).

Esta é uma área que não só exige uma forte transversalidade nos diversos eixos (I&D, reconversão e formação profissional, educação, logística, transportes, investimento público estruturante e Administração Pública), e que deverão merecer um maior desenvolvimento, como deve ser entendida em sentido lato.

Com efeito, falar de reindustrialização não significa um regresso ao passado, como é bem assumido no documento, mas antes assumir a indústria em serviço lato. E isso significa integrar um conjunto de sectores (bens e serviços) que contribuem para o PIB - onde o contributo do imaterial não pode ser esquecido – potenciando a diversificação produtiva com incorporação de

serviços de maior valor acrescentado, de inovação e tecnologia, que permitam alavancar as perspectivas de crescimento económico, mas também melhorar o nosso bem-estar e o progresso social.

Tal significa olhar também com especial atenção para os desafios e especificidades das PME bem como dos sectores com forte intensidade-emprego.

Por conseguinte, o futuro programa de recuperação económica e social não poderá deixar de realizar uma abordagem mais profunda e estruturada em torno dos vários sectores nacionais (incluindo sectores emergentes e a reconversão sectorial, em função de objectivos como os subjacentes à economia verde e do mar) que contribuem para o produto nacional e para o emprego, assumindo políticas abrangentes mas focadas e um investimento público e privado estruturante que permita uma economia geradora de emprego de qualidade, com maior valor acrescentado e com menor dependência do exterior.

Reforçar os Serviços Públicos e o Estado Social

Todos tivemos bem presente a centralidade dos serviços públicos e da sua capacidade de intervenção para uma resposta ímpar à actual crise de saúde pública.

Porém, esta crise deixou ainda mais visíveis as fragilidades e carências de muitos desses serviços em termos de infraestruturas, equipamentos e recursos humanos, resultado de anos consecutivos de desinvestimento.

Nesse sentido, a UGT não deixa de registar a inclusão no documento de referências à melhoria da eficácia da intervenção em áreas centrais do nosso Estado Social, como é o caso da Segurança Social ou do SNS, mas importa porventura ter uma intervenção mais abrangente e profunda do que a enunciada.

Mas, mesmo nas áreas abordadas, não pode deixar de ser evidenciada a abordagem redutora que é realizada.

Veja-se o caso do sector da Saúde. Esta crise pandémica expôs, claramente, a falta de investimento nos últimos anos. É inegável a desvalorização das carreiras de todos os profissionais de saúde, a inexistência de negociação colectiva e as dificuldades em garantir as condições de trabalho, mesmo em matérias de saúde e segurança no trabalho, não podendo ser esquecido que os riscos existentes no passado se agravaram e que esta pandemia (mas também

o futuro pós-pandemia) precisa de uma resposta global, envolvendo todos os intervenientes, trabalhadores, empregadores e governo.

É precisamente nesta área que a "Visão Estratégica de Recuperação Económica para 2020-2030", apresenta lacunas pois, nas duas páginas que são dedicadas ao sector da Saúde, nada nos faz vislumbrar um futuro construído por todos, os profissionais de saúde e parceiros sociais, para todos os que vivem em Portugal.

Na área da Saúde, bem como nos demais pilares do Estado Social, a UGT entende que é necessária uma estratégia consistente que, mais do que nunca, reforce os princípios fundamentais de universalidade, igualdade, solidariedade, equidade social, diferenciação positiva e coesão territorial.

A UGT valorizou já o sinal dado de reforço do investimento público em várias áreas, como a Saúde/SNS, a Educação e a Justiça no quadro do Orçamento Suplementar 2020, ainda que, nalguns casos, com montantes orçamentados demasiado limitados para fazer face à plenitude dos problemas.

No entanto, consideramos preocupante que noutras áreas, como é o caso da Segurança Social – pilar do nosso Estado Social e que tem igualmente estado na linha da frente nas respostas à crise -, o reforço de meios humanos e materiais pareça ter sido, nesse momento, secundarizado.

A UGT considera essencial que a valorização da Administração Pública - da qualidade dos serviços públicos (incluindo na dimensão territorial) e de todos os seus trabalhadores (reforço de meios humanos, melhoria de condições de trabalho, salários e carreiras) - seja assumida efectivamente como uma das prioridades na próxima década.

E, nesse sentido, importará desenvolver uma estratégia de resposta mais imediata às fragilidades já referidas, mas igualmente uma intervenção de médio e longo prazo, menos sujeita – como se tem verificado – às vicissitudes conjunturais. E uma estratégia de investimento que não poderá nunca centrar-se exclusivamente nas áreas em que os recursos comunitários podem ser utilizados.

20-08-2020